



PROCESSO Nº	:	193.990-4/2024
ASSUNTO	:	PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR CIVIL
UNIDADE	:	INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE/MT
INTERESSADA	:	JOELMA DE SOUZA CAVALCANTE. (MENORES)
RELATOR	:	AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO LUIZ HENRIQUE MORAES DE LIMA

### PEDIDO DE DILIGÊNCIA Nº 65/2025

1. O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, instituição permanente e essencial às funções de fiscalização e controle externo conforme dispositivos das Constituições Federal e do estado de Mato Grosso, representado pelo Procurador que ao final subscreve, no uso de suas atribuições institucionais, vem respeitosamente à digna presença de Vossa Excelência, nos termos do art. 56, do Regimento Interno dessa Egrégia Corte de Contas (Resolução nº 16/2021), converter a emissão de parecer em **PEDIDO DE DILIGÊNCIA**, nos termos a seguir expostos:

#### 1. DESCRIÇÃO DOS FATOS

2. Tratam os autos da Portaria que concedeu **Pensão por Morte oriunda de Servidora Civil**, em caráter vitalício, à companheira, **Joelma de Souza Cavalcante**, inscrita sob o CPF nº 735.546.342-04, em razão do falecimento do **Sr. Marino Datesch**, inscrito sob o CPF nº 411.908.311-04, servidor efetivo em atividade no cargo de Motorista de Caminhão, Nível "II", Classe/Ref. "78", no município de Lucas do Rio Verde/MT.

3. Os autos foram encaminhados para o conhecimento da **5ª Secretaria de Controle Externo**, que se manifestou pelo **registro da Portaria nº 43/2024**, sem análise quanto ao valor dos proventos, com fulcro na Resolução Normativa nº 03/2022.





4. Vieram, então, os autos para análise e parecer ministerial.

5. É o sucinto relatório dos fatos e do direito.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

6. Em que pese o relatório favorável da Secex, não pode esta Procuradoria de Contas manifestar-se pelo registro da portaria em questão, pois identificamos que a fundamentação utilizada está equivocada. Explica-se.

7. Como se pode observar dos documentos acostados aos autos, mormente a certidão de tempo de contribuição e o Parecer da Unidade de Controle Interno, a fundamentação constitucional do benefício é o **art. 40, § 7º, inciso II, da CF/88, com redação pela EC nº 41/2003** c/c as demais disposições da Portaria, haja vista que **a servidora faleceu na atividade**, contudo, constou da fundamentação apenas as disposições da Lei Municipal nº 2.697/2017. Vejamos o que dispõe o dispositivo de referência:

### **Art. 40. (...)**

§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício de **pensão por morte**, que será igual: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003) (...)

**II - ao valor da totalidade da remuneração** do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, **caso em atividade na data do óbito**. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003) (negritamos)

8. Assim, verifica-se a ausência da fundamentação constitucional na Portaria nº 43/2024, disposição essa que é de ordem obrigatória, haja vista que o falecimento é anterior à edição da EC 103/2019, que desconstitucionalizou as regras previdenciárias dos regimes próprios.





9. Nesse particular, imperioso trazer à baila os termos do § 2º do art. 212 do RI/TCE-MT:

**Art. 212** O Tribunal determinará o registro dos atos que considerar legais e recusará o registro dos atos considerados ilegais.

(...)

**§2º Os atos que, a despeito de apresentarem algum tipo de inconsistência, não estiverem dando ensejo, no momento de sua apreciação, a pagamentos irregulares, ou que omitirem total ou parcialmente vantagem ou benefício ao interessado, serão considerados legais, para fins de registro, devendo ser consignada no julgamento a devida ressalva e procedidas as comunicações necessárias.** (g.n.)

10. Como se pode observar, a irregularidade identificada por este MP de Contas não se constitui em mera inconsistência, pois a **fundamentação da portaria de aposentadoria se consubstancia no próprio cerne do benefício.**

11. Nesse particular, o Ministério Público de Contas requer a **citação do Diretor Executivo do PREVILUCAS**, para que **retifique a Portaria nº 43/2024**, a fim de adequar a fundamentação da pensão por morte, fazendo constar o **art. 40, § 7º, inciso II, da CF/88, com redação pela EC nº 41/2003**, além das demais disposições já consignadas naquela portaria.

### 3. DOS PEDIDOS

12. Pelo exposto, o Ministério Público de Contas, no uso de suas atribuições institucionais, manifesta-se pela **conversão da emissão de parecer em pedido de diligência**, nos termos do art. 56, do Regimento Interno do TCE/MT, e **requer** a Vossa Excelência:

**a) a citação do Diretor Executivo do PREVILUCAS**, para que **retifique a Portaria nº 43/2024**, a fim de adequar a fundamentação da pensão por morte, fazendo constar o **art. 40, § 7º, inciso II, da CF/88, com redação pela EC nº 41/2003**, além das demais disposições já consignadas naquela portaria;





b) após efetivadas as diligências e realizadas as análises de estilo pela Secex, o **retorno dos autos ao Ministério Público de Contas** para emissão de parecer conclusivo, nos termos do art. 55, III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Nesses termos, pede deferimento.

**Ministério Público de Contas**, Cuiabá, 27 de março de 2025.

(assinatura digital)<sup>1</sup>  
**GUSTAVO COELHO DESCHAMPS**  
**Procurador de Contas**

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

